

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.962 - TO (2019/0285724-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECLAMANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : GUSTAVO JOSÉ MENDES TEPEDINO - RJ041245
MILENA DONATO OLIVA E OUTRO(S) - RJ137546
RENAN SOARES CORTAZIO - RJ220226
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO TOCANTINS
INTERES. : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORE : NIVAIR VIEIRA BORGES - TO001017
S

MURILO FRANCISCO CENTENO - TO004099B

DECISÃO

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ajuíza reclamação com pedido de liminar contra decisão do Presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJTO) que deferiu pedido de suspensão de tutela antecipada de urgência a fim de obstar o cumprimento de ordem de restituição à instituição financeira de verbas indevidamente retidas pelo Estado decorrentes de empréstimos consignados feitos por servidores.

Sustenta o reclamante que o julgado usurpa competência do Superior Tribunal de Justiça, na medida em que a antecipação dos efeitos da tutela já havia sido confirmada pelos desembargadores integrantes da 5ª Turma da 1ª Câmara Cível do Tribunal local, no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0010123.69.2019.827.0000.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão, de maneira a garantir o cumprimento da liminar concedida nos autos originários.

É o relatório. Decido.

A liminar requerida envolve o próprio mérito da reclamação, que será examinado oportunamente. Assim, **indefiro o pedido**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem.

Após, dê-se vista Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente